

FGR Incorporações S.A. - CNPJ: 02.171.304/0001-47

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da FGR Incorporações S.A.  
Aparecida de Goiânia - GO

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM**  
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da FGR Incorporações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

**Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-015199/F

Felipe Machado Oliveira  
Contador CRC GO-022208/O

**Demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023  
com relatório do auditor independente

**Mensagem da Administração**  
Encerramos 2025 com resultados que reforçam nosso posicionamento como uma das principais incorporadoras no segmento de casas de alta e média-alta renda no Brasil. Em um ano no qual celebramos 39 anos de atuação, superamos a marca de R\$ 1,4 bilhão em vendas líquidas (valor geral vendido menos valor geral cancelado ou distratado), alcançamos EBITDA ajustado de R\$ 739,8 milhões e registramos lucro líquido consolidado de R\$ 535,8 milhões.

Acreditamos que esse desempenho reflete a solidez do nosso modelo de negócios, estruturado em duas frentes que atuam de forma integrada. A primeira é dedicada à concepção, desenvolvimento e construção dos empreendimentos. A segunda é responsável por viabilizar soluções de financiamento aos clientes, contribuindo para a sustentabilidade do nosso crescimento. A complementaridade entre essas duas áreas permite capturar valor ao longo de toda a cadeia imobiliária e sustentar resultados consistentes ao longo do tempo. A evolução dos resultados operacionais ao longo do ano refletiu-se diretamente no desempenho econômico e financeiro da Companhia. Em 2025, a receita operacional líquida totalizou R\$ 1.563,0 milhões, representando crescimento de 11,9% em relação a 2024. A margem bruta atingiu 54,7% em 2025, com expansão de 6,0 pontos percentuais em relação a 2024, impulsionada principalmente pelo desempenho de empreendimentos de melhor margem sendo entregues e pelo aumento da carteira de recebíveis performada. Esse ganho de eficiência e rentabilidade também se refletiu no resultado da Companhia. Encerramos o exercício de 2025 com lucro líquido de R\$ 535,8 milhões, equivalente a uma margem líquida de 34,3%, representando expansão de 4,0 pontos percentuais em comparação ao ano anterior.

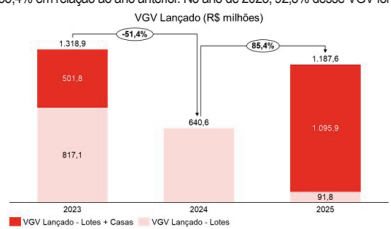
Os resultados alcançados evidenciam a consistência de nossa estratégia e fortalecem os fundamentos para o avanço no processo de abertura de capital da Companhia, por meio do registro na Categoria A junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Costariamos de registrar nosso agradecimento a todos os colaboradores que, com dedicação, disciplina e espírito de colaboração, contribuíram para que atingíssemos o melhor desempenho da história da Companhia.

Seguimos confiantes em nossas perspectivas de longo prazo. Mesmo diante de um ambiente macroeconômico que pode apresentar desafios, permanecemos comprometidos com a disciplina na execução de nossa estratégia, com a geração de valor para nossos acionistas e, principalmente, com a missão de transformar a vida de milhares de famílias.

**Launched**

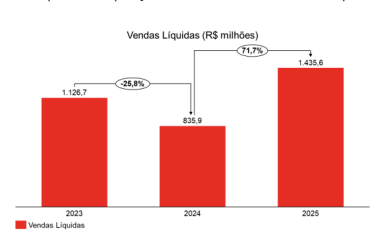
Launched	2025	2024	2023	A/A (%) (25-24)	A/A (%) (24-23)
Número de unidades	1.101,0	925,0	2.430,0	19,0%	-61,9%
<b>GVV Lançado (R\$ milhões)</b>	<b>1.187,6</b>	<b>640,6</b>	<b>1.318,9</b>	<b>85,4%</b>	<b>-51,4%</b>
GVV Lançado - Lotes + Casas	1.095,9	0,0	501,8	-	-100,0%
<b>GVV Lançado - Lotes</b>	<b>91,8</b>	<b>640,6</b>	<b>817,1</b>	<b>-85,7%</b>	<b>-21,6%</b>

A Companhia realizou o lançamento de 2 (dois) empreendimentos em 2025, o Jardins Grécia e o Jardins Montreal. Esses lançamentos representaram o valor de R\$ 1.187,6 milhões em GVV (Valor Geral de Venda), um crescimento de 85,4% em relação ao ano anterior. No ano de 2025, 92,3% desse GVV foi composto por unidades com Casas.



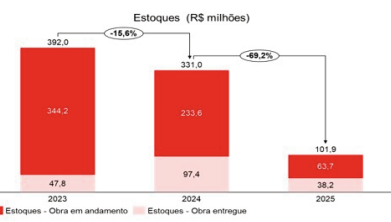
Vendas Líquidas	2025	2024	2023	A/A (%) (25-24)	A/A (%) (24-23)
Número de unidades	1.221,0	1.478,0	2.188,0	-17,4%	-32,4%
<b>GVV Saldo* (R\$ milhões)</b>	<b>1.435,6</b>	<b>835,9</b>	<b>1.126,7</b>	<b>71,7%</b>	<b>-25,8%</b>

(1) GVV Saldo é calculado pela diferença entre o GVV vendido no período menos o GVV cancelado/liquidado no período. No ano de 2025, a Companhia atingiu R\$ 1.435,6 milhões em vendas líquidas, um crescimento de 71,7% em relação ao ano anterior. Esse crescimento foi representado pelas vendas dos empreendimentos lançados e pela venda do estoque. Em comparação com 2023, no ano de 2024 a Companhia reduziu em 25,8%.



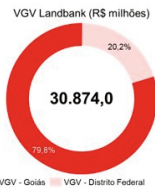
Estoque	2025	2024	2023	A/A (%) (25-24)	A/A (%) (24-23)
Estoque (R\$ milhões)	101,9	331,0	392,0	-69,2%	-15,6%
<b>Estoque - Obra em andamento</b>	<b>63,7</b>	<b>233,6</b>	<b>344,2</b>	<b>-72,7%</b>	<b>-32,1%</b>
Estoque - Obra entregue	38,2	97,4	47,8	-60,8%	103,8%

Desde 2023 a Companhia vem reduzindo seu estoque. Com o aumento das vendas líquidas no ano de 2025, o estoque sofreu uma redução de 69,2% em comparação ao ano anterior, totalizando um VGV de R\$ 101,9 milhões. Acreditamos que este saldo é reduzido em comparação aos demais pares do setor imobiliário.



Landbank	2025
<b>GVV Landbank (R\$ milhões)</b>	<b>30.874,0</b>
GVV - Goiás	24.640,0
<b>GVV - Distrito Federal</b>	<b>6.234,0</b>
Total	30.874,0

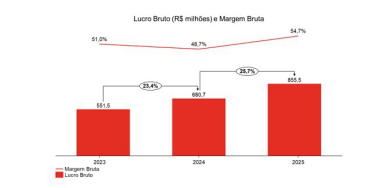
A Companhia ampliou seu landbank para R\$ 30.874,0 milhões em potencial de GVV a ser lançado, em linha com sua estratégia voltada a assegurar a sustentabilidade do negócio e o crescimento consistente da operação no longo prazo.



Rec. Operacional Líquida e Lucro Bruto	2025	2024	2023	A/A (%) (25-24)	A/A (%) (24-23)
<b>Rec. Operacional Líquida e Lucro Bruto (R\$ milhões)</b>	<b>1.563,0</b>	<b>1.396,9</b>	<b>1.081,3</b>	<b>11,9%</b>	<b>29,2%</b>
Rec. Operacional Líquida	1.563,0	1.396,9	1.081,3	11,9%	29,2%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>855,5</b>	<b>680,7</b>	<b>551,5</b>	<b>25,7%</b>	<b>23,4%</b>
Margem Bruta	54,7%	48,7%	51,0%	6,0 p.p.	-2,3 p.p.

A Companhia vem acumulando um crescimento da receita operacional líquida nos últimos três exercícios. No exercício de 2025, a Companhia atingiu seu recorde histórico obtendo receita operacional líquida consolidada de R\$ 1.563,0 milhões, um crescimento de 11,9% comparado ao ano anterior. Quando comparado ao ano de 2024 em relação a 2023 a Companhia teve um crescimento de 29,2%. Esse crescimento consistente se deu em razão do volume de construção no período e do aumento das vendas das unidades em estoque. Esse resultado reforça o desempenho operacional consistente da Companhia no período.

No ano de 2025, a Companhia atingiu seu recorde histórico de lucro bruto, sendo R\$ 855,5 milhões, um crescimento de 25,7% comparado ao ano anterior. Em paralelo, a margem bruta atingiu 54,7%, com um crescimento de 6,0 p.p. em comparação ao ano anterior. Quando comparamos a margem de 2024 com 2023, observamos uma redução de 2,3 p.p. A margem e lucro bruto crescem em 2025 são reflexos de um ano com empreendimentos de melhor margem sendo entregues, como também da maior quantidade de empreendimentos já performados gerando ganho financeiro.



Despesas Gerais, Administrativas e Comerciais	2025	2024	2023	A/A (%) (25-24)	A/A (%) (24-23)
<b>Desp. Gerais, Adm e Comerciais (R\$ milhões)</b>	<b>5,7</b>	<b>7,0</b>	<b>9,3</b>	<b>-1,3 p.p.</b>	<b>-2,3 p.p.</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(88,4)	(97,5)	(100,2)	-9,3%	-2,7%
<b>Despesas Gerais e Adm. / Rec. Oper. Líquida</b>	<b>5,7%</b>	<b>7,0%</b>	<b>9,3%</b>	<b>-1,3 p.p.</b>	<b>-2,3 p.p.</b>
Despesas Comerciais	(33,7)	(24,6)	(23,8)	36,9%	3,3%
<b>Despesas Comerciais / Rec. Oper. Líquida</b>	<b>2,2%</b>	<b>1,8%</b>	<b>2,2%</b>	<b>0,4 p.p.</b>	<b>-0,4 p.p.</b>

A Companhia vem operando desde 2023 uma maior eficiência operacional e ao ter consistentemente reduzido suas despesas gerais e administrativas quando avaliadas proporcionalmente a receita operacional líquida. Em 2025, as despesas gerais e administrativas em relação à receita operacional líquida, tiveram uma redução de 1,3 p.p. em comparação com 2024, demonstrando uma maior eficiência operacional em um ano com alto volume de vendas e execução de obras.

A despesa comercial teve um aumento de 36,9% em comparação ao ano anterior. Esse crescimento se deu em razão da maior quantidade de lançamentos em 2025. Quando comparada com 2023, no ano de 2024 a despesa comercial teve um aumento de 3,3%.

Resultado Financeiro	2025	2024	2023	A/A (%) (25-24)	A/A (%) (24-23)
<b>Resultado Financeiro (R\$ milhões)</b>	<b>233,1</b>	<b>157,9</b>	<b>109,6</b>	<b>47,6%</b>	<b>44,1%</b>
Receita Financeira	67,2	53,5	17,3	25,7%	210,0%
<b>Despesa Financeira</b>	<b>(165,9)</b>	<b>(104,4)</b>	<b>(92,3)</b>	<b>58,9%</b>	<b>13,1%</b>

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes a caixa	4	147.280	239.077	166.588
Aplicações financeiras	4	44.310	39.761	-
Contas a receber	5	24.023	27.950	30.347
Imóveis a comercializar	6	842	492	568
Tributos a recuperar	7	504	-	19
Adiantamentos para partes relacionadas	7	2.160	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-
Outros ativos	9.005	1.691	236	33.487
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>225.964</b>	<b>308.971</b>	<b>197.758</b>	<b>831.033</b>
<b>Não circulante</b>				
Adiantamentos para partes relacionadas	7	1.227.613	774.547	557.014
Contas a receber	5	124.644	132.700	142.101
Imóveis a comercializar	6	23.758	5.044	820
Outros ativos	8	1.521.088	1.011.681	605.440
Imobilizado	6.556	80.288	7.275	13.643
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>2.903.659</b>	<b>2.004.260</b>	<b>1.312.650</b>	<b>3.669.380</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>3.129.623</b>	<b>2.313.231</b>	<b>1.510.408</b>	<b>4.500.413</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

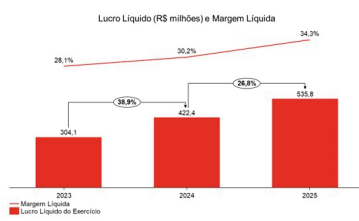
Notas	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor por ação)</b>				
Receita operacional líquida	16	11.161	13.286	40.861
Custos dos empreendimentos e serviços prestados	17	230	(76)	(21.244)
Lucro líquido do exercício		11.411	13.210	19.617
Receitas (despesas) operacionais, líquidas:				
Despesas gerais e administrativas	18	(26.278)	(38.514)	(50.657)
Despesas comerciais	19	(89)	(300)	(246)
Resultado da equivalência patrimonial	8	594.327	468.122	356.544
Despesas com depreciações e amortizações		(6.945)	(4.672)	(2.156)
Outras receitas (despesas) operacionais		2.160	1.558	(459)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		574.586	439.404	322.643
Receitas financeiras	20	49.392	41.404	9.112
Despesas financeiras	20	(146.706)	(87.208)	(52.561)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		477.272	393.600	299.194
Imposto de renda corrente e diferido	12	(12.181)	(9.272)	(2.477)
Contribuição social corrente e diferida	12,2	(4.443)	(3.892)	(1.051)
Lucro líquido do exercício		460.648	380.436	295.666
Lucro líquido atribuído aos:				
Acionistas controladores				
Acionistas não controladores				
Lucro básico e diluído por ação expresso em reais		60,40	50,26	39,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

No ano de 2025 foi impactado pela maior quantidade de juros pagos em razão do aumento da alavancagem financeira desde 2023. O aumento de 47,6% da despesa financeira em comparação ao ano anterior se deu em razão da grande demanda de investimentos em obras que a Companhia aportou ao longo de 2025 e de novas captações com o custo atrelado ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Lucro Líquido do Exercício (R\$ milhões)	2025	2024	2023	A/A (%) (25-24)	A/A (%) (24-23)
Receita Operacional Líquida	1.563,0	1.396,9	1.081,3	11,9%	29,2%
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>535,8</b>	<b>422,4</b>	<b>304,1</b>	<b>26,8%</b>	<b>38,9%</b>
Margem Líquida	34,3%	30,2%	28,1%	4,0 p.p.	2,1 p.p.

No ano de 2025, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$ 535,8 milhões, seu maior lucro da história com um crescimento de 26,8% em relação ao ano anterior. Quando observado em 2024, a Companhia teve um aumento de 38,9% em comparação ao ano anterior. O crescimento do lucro líquido foi acompanhado de um crescimento da margem líquida nos últimos três exercícios. Em 2024 a Companhia melhorou em 2,1 p.p. e em 2025 houve um crescimento de 4,0 p.p. atingindo a margem líquida de 34,3%. Esse reflexo ocorreu em razão da performance de obras com melhores margens, maior eficiência das despesas gerais e administrativas e de uma maior carteira performada sendo reconhecida.



EBITDA e EBITDA Ajustado	2025	2024	2023	A/A (%) (25-24)	A/A (%) (24-23)
<b>EBITDA Ajustado (R\$ milhões)</b>	<b>165,9</b>	<b>104,4</b>	<b>304,1</b>	<b>58,9%</b>	<b>13,1%</b>
Lucro Líquido do Exercício	535,8	422,4	304,1	26,8%	38,9%
<b>(+) Resultado financeiro</b>	<b>46,7</b>	<b>51,9</b>	<b>31,1</b>	<b>-9,9%</b>	<b>66,5%</b>
(+) Contribuição social corrente e diferida e imposto de renda corrente e diferido	46,7	51,9	31,1	-9,9%	66,5%
<b>(+) Depreciação e amortização</b>	<b>7,9</b>	<b>5,2</b>	<b>2,4</b>	<b>50,7%</b>	<b>115,2%</b>
EBITDA <sup>1, 2</sup>	756,3	583,9	430,0	29,5%	35,8%
<b>(-) Resultado da equivalência patrimonial</b>	<b>-16,5</b>	<b>-26,8</b>	<b>-4,5</b>	<b>-38,4%</b>	<b>493,0%</b>
EBITDA Ajustado <sup>2, 3</sup>	739,8	557,2	425,5	32,8%	30,9%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>1.563,0</b>	<b>1.396,9</b>	<b>1.081,3</b>	<b>11,9%</b>	<b>29,2%</b>
Margem EBITDA <sup>3, 4</sup>	48,4%	41,8%	39,8%	6,6 p.p.	2,0 p.p.
<b>Margem EBITDA Ajustado<sup>3, 4</sup></b>	<b>47,3%</b>	<b>39,9%</b>	<b>39,3%</b>	<b>7,4 p.p.</b>	<b>0,5 p.p.</b>

(1) O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medida não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM no 156/22. O EBITDA consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) e pela despesa de depreciação e amortização.

(2) O EBITDA Ajustado é uma medida não contábil divulgada pela Companhia e consiste no EBITDA ajustado pelo resultado da equivalência patrimonial.

(3) A Margem EBITDA consiste no EBITDA dividido pela receita operacional líquida.

(4) A Margem EBITDA Ajustado consiste no EBITDA Ajustado dividido pela receita operacional líquida.

(5) O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas de lucratividade, desempenho operacional, liquidez ou endividamento definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM e não devem ser considerados isoladamente ou como alternativas e/ou substitutos do lucro líquido

	Controladora			Consolidado		
	2025	2024	2023	2025	2024	2023
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Lucro líquido do exercício	460.648	380.436	295.666	535.836	422.432	304.113
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	460.648	380.436	295.666	535.836	422.432	304.113
Resultado abrangente atribuível aos:						
Acionistas controladores				460.648	380.436	295.666
Acionistas não controladores				75.188	41.996	8.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Controladora			Consolidado		
	2025	2024	2023	2025	2024	2023
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais:						
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	477.272	393.600	299.194	582.567	474.302	335.259
Ajustes para conciliar o resultado do caixa nas atividades operacionais:						
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e cessão de recebíveis	135.649	74.271	23.528	239.219	152.990	83.100
Juros e correção monetária de operações com partes relacionadas	(30.948)	(12.260)	1.529	(23.768)	(7.356)	6.824
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	1.162	336	133
Equivalência patrimonial	(594.327)	(468.122)	(356.544)	(16.486)	(26.772)	(4.515)
Provisão para demandas judiciais	(14.849)	3.138	13.193	(14.849)	3.138	13.193
Depreciação e amortizações	6.945	4.672	2.156	7.856	5.212	2.422
Compra e venda de investimentos	-	(197)	-	-	(203)	-
Atualização de compromissos com parceiros	4.172	4.289	4.289	13.435	14.525	14.525
Provisão para garantia	-	-	-	6.716	8.059	9.482
Custo de captação	2.808	2.755	-	4.161	5.048	-
Total	(13.278)	2.146	(12.655)	800.013	629.279	460.423
Variações nos ativos e passivos:						
Decréscimo(a)créscimo em ativos:						
Contas a receber	11.983	11.798	3.309	(1.154.442)	(931.480)	(715.949)
Imóveis a comercializar	(350)	76	(264)	(19.474)	61.483	143.640
Impostos a recuperar	(504)	19	(19)	3.661	(2.045)	1.824
Outros ativos	(13.617)	(6.331)	369	4.648	(10.085)	(14.284)
Decréscimo(a)créscimo em passivos:						
Fornecedores	766	(754)	(1.056)	1.442	7.407	21.857
Obrigações trabalhistas e tributárias	9.941	(2.340)	(2.782)	35.877	20.501	18.770
Adiantamentos de clientes	-	-	(3.670)	(40.559)	(56.881)	67.161
Compromissos com parceiros	(3.428)	-	-	77.585	(22.238)	9.780
Outros passivos	(5.135)	4.030	296	(143)	3.009	(7.811)
IRPJ e CSLL pagos	(15.466)	(8.703)	(3.703)	(44.515)	(24.297)	(16.161)
Caixa líquido aplicados nas atividades operacionais	(29.088)	(59)	(20.175)	(344.807)	(329.347)	(30.750)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:						
Aporte de capital	(3)	(4)	(43)	-	-	-
Distribuição de lucros	68.738	24.103	29.580	14.700	7.643	15.987
Outros investimentos	(3.320)	(6.396)	(235)	(3.466)	(6.513)	(367)
Aquisição de imobilizado e intangível	(533)	(13.076)	(1.511)	(3.337)	(15.393)	(3.473)
Títulos e valores mobiliários	(4.549)	(39.761)	-	(10.282)	(87.397)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	60.333	(35.134)	27.791	(2.385)	(101.660)	12.147
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:						
Aporte de capital	120.000	-	-	120.000	-	-
Pagamento de dividendos	(43.508)	(47.090)	(23.293)	(107.893)	(70.759)	(46.903)
Partes relacionadas	(537.498)	(64.082)	(154.371)	-	-	-
Captação de empréstimos, financiamentos	587.126	472.679	270.745	860.540	745.776	448.260
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(62.747)	(199.259)	(1.833)	(359.845)	(118.348)	(154.913)
Pagamento de encargos sobre empréstimos e financiamento	(186.415)	(54.566)	(33.646)	(248.674)	(123.898)	(79.794)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(123.042)	107.682	57.602	264.128	432.771	166.650
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(91.797)	72.489	65.218	(83.064)	1.764	148.047
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	239.077	166.588	101.370	355.974	354.210	206.163
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	147.280	239.077	166.588	272.910	355.974	354.210

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	Participação de acionistas não controladores	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros					
Saldo em 01 de janeiro de 2023	9.450	189	2.835	460.537	-	-	606	473.617	115.663	589.280
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	295.666	-	295.666	8.447	304.113
Destinações:										
Dividendos mínimos obrigatórios pagos	-	-	-	-	-	(1.165)	-	(1.165)	(1.181)	(2.346)
Dividendos adicionais pagos	-	-	-	-	-	(22.128)	-	(22.128)	(22.429)	(44.557)
Distribuição desproporcional de lucros - controladas	-	-	-	-	(16.245)	-	-	(16.245)	-	(16.245)
Retenção de lucros	-	-	-	-	272.373	-	-	272.373	-	-
Ajustes patrimoniais reflexos de investidas	-	-	-	-	(796)	-	-	(796)	-	(796)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)	9.450	189	2.835	715.869	-	-	606	728.949	100.500	829.449
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	380.436	-	380.436	41.996	422.432
Destinações:										
Dividendos mínimos obrigatórios pagos	-	-	-	-	-	(16.214)	-	(16.214)	(2.100)	(18.314)
Dividendos adicionais pagos	-	-	-	-	-	(30.876)	-	(30.876)	(21.569)	(52.445)
Distribuição desproporcional de lucros - controladas	-	-	-	-	(9.172)	-	-	(9.172)	-	(9.172)
Retenção de lucros	-	-	-	-	333.346	-	-	333.346	-	-
Ajustes patrimoniais reflexos de investidas	-	-	-	-	(570)	-	-	(570)	-	(570)
Outros	-	-	-	-	(953)	-	-	(953)	-	(953)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	9.450	189	2.835	1.036.520	-	-	606	1.051.610	118.827	1.170.437
Aumento de capital	100.000	-	-	-	-	-	-	100.000	-	100.000
Aumento de capital	710.550	-	-	-	-	-	-	20.000	-	20.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	460.648	-	460.648	75.188	535.836
Destinações:										
Dividendos mínimos obrigatórios pagos	-	-	-	-	-	(23.032)	-	(23.032)	(3.759)	(26.791)
Dividendos adicionais pagos	-	-	-	-	-	(20.476)	-	(20.476)	(60.626)	(81.102)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição desproporcional de lucros - controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência entre reservas	-	-	-	-	(19.896)	-	-	(19.896)	19.436	(17.410)
Retenção de lucros	-	-	-	-	348.622	-	-	348.622	-	348.622
Transações entre sócios	-	-	23.032	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	652	-	-	652	-	652
Saldo em 31 de dezembro de 2025	820.000	189	25.867	-	716.653	-	606	1.563.315	139.365	1.702.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

**1. Contexto operacional**  
A FGR Incorporações S.A. ("FGR" ou "Companhia"), foi constituída em 10 de junho de 1986 e atua no desenvolvimento e venda de condomínios horizontais fechados de alto padrão denominados "JARDINS" sempre destinados a residência principal dos seus clientes.  
A FGR lançou até o momento 45 condomínios "JARDINS" concentrados em Goiânia-GO e região metropolitana, e nas cidades de Uberlândia-MG, Belém-PA, Fortaleza-CE, Vila Velha-ES, Natal-RN, Araguaína-TO e Brasília-DF.

Atualmente tem focado suas atividades em Goiânia e Brasília na incorporação e construção de condomínios horizontais compostos de casas e condomínios horizontais compostos de lotes, procurando ofertar uma quantidade de casas e lotes inferiores a demanda do mercado, buscando valorização dos imóveis vendidos e mantendo assim uma carteira de recebimentos segura e saudável.

A Companhia é uma controlada da FGR Participações S.A. que é dirigida pelos três sócios fundadores, Frederico Craveiro, Guilherme Craveiro e Rodolfo Daif. A Companhia atua por conta própria ou por meio de parceiros com terceiros. Os empreendimentos desenvolvidos por terceiros são estruturados por meio de participação em Sociedades de Propósito Específicas (SPEs), Sociedades em Conta de Participação (SCPs). Essas sociedades controladas compartilham, de forma significativa, as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais da Companhia.

Todas as companhias investidas em Sociedades de Propósito Específicas (SPEs) e Sociedades em Conta de Participação (SCPs), demonstradas na Nota Explicativa nº 8, foram criadas com o objetivo de desenvolver loteamentos, construção e venda de casas.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

**2.1 Base de elaboração**  
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas previstas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Os aspectos relacionados à transferência de controle na venda de unidades imobiliárias segue o entendimento da administração da Companhia, alinhado a aquele manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2018 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Recitas de contratos com clientes.

A Companhia está apresentando neste conjunto de demonstrações financeiras, os dois últimos exercícios comparativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, para permitir ampla comparabilidade de suas informações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas pela Administração considerando o pressuposto da continuidade operacional, considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas são usadas para, entre outros, provisões necessárias para provisões de garantia de obra, provisão para distritos e impairment de ativos, os custos orçados para os empreendimentos, tributos e outros encargos similares. Baseado nesse fato, os resultados reais podem ser diferentes dos resultados considerados por essas estimativas. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, sendo esta revisão não superior a um ano.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente estas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão das operações da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A autorização pela diretoria para a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu em 1009 de março de 2026.

**2.2 Base de consolidação**  
As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em conformidade com os princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira e CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e compreendem as informações da Companhia e de suas controladas mencionadas na Nota explicativa 8. O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são eliminadas as contas correntes, as receitas e despesas entre as empresas consolidadas e os resultados não realizados, bem como os investimentos, sendo destacada a participação de minoritários nos investimentos em que a Companhia detém controle ou com poder de governar as políticas financeiras e operacionais (participação ativa na administração).

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as participações em controladas e controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

**2.3 Transação com participações de não controladores**

A Companhia trata as participações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adjuída do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida pela Companhia é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou ativo financeiro. Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua controladora. Sendo assim a Companhia avalia, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração de resultado.

**2.4 Reapresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão sendo reapresentadas para refletir os seguintes efeitos:

a) Complemento de passivo de compromisso com parceiros e consequente reprocessamento dos mapas de lucro imobiliário em função de alterar a estimativa dos custos de construção incorridos e orçados e percentual de conclusão da Obra ("POC").

b) Atualização do cálculo de equivalência patrimonial.

c) Reclassificação para abertura do saldo de provisão para garantia, anteriormente apresentado como outros passivos e seus efeitos no fluxo de caixa. Adicionalmente foram realizadas reclassificações entre circulante e não circulante das rubricas de adiantamento de clientes, compromissos com parceiros e tributos diferidos, de acordo com os fluxos previstos de liquidação, que são diretamente relacionados à carteira de recebíveis e prazos de conclusão de obra na data-base e reclassificação dos saldos de IRPJ e CSLL e outros pagamentos no fluxo de caixa.

d) Reclassificação dos valores transacionados com parceiros (compromissos com parceiros) em empreendimentos imobiliários para a atividade operacional e eliminação dos efeitos de atualização que não impactaram caixa.

e) Apresentação de nota explicativa do lucro básico e diluído por ação; e

f) Apresentação da demonstração do valor adicionado.

Adicionalmente, tendo em vista o pedido de registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários – (CVM) em que a Companhia está inserida e em linha com o OCP007 – Orientação sobre a Divulgação dos Relatórios Contábil – Financeiro de Propósito Geral, a Companhia também está reapresentando demais notas explicativas para benefício de comparabilidade.

Abaixo demonstramos os quadros a serem reapresentados nas demonstrações financeiras e seus efeitos:

	31/12/2024						
	Controladora			Consolidado			
	Ref.	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes a caixa		239.077	-	239.077	355.974	-	355.974
Aplicações financeiras		39.761	-	39.761	87.396	-	87.396
Contas a receber	(a)	27.950	-	27.950	285.922	33.307	319.229
Imóveis a comercializar		492	-	492	26.807	-	26.807
Tributos a recuperar		-	-	-	5.164	-	5.164
Adiantamentos para partes relacionadas		-	-	-	6.370	-	6.370
Instrumentos financeiros		-	-	-	1.162	-	1.162
Outros ativos		1.691	-	1.691	37.010	-	37.010
Total do ativo circulante		308.971	-	308.971	805.805	33.307	839.112
Não circulante							
Adiantamentos para partes relacionadas		774.547	-	774.547	160.744	-	160.744
Contas a receber de clientes	(a)	132.700	-				

Impostos a recuperar	76	-	76	(30.205)	91.688	-	61.483
Dúvidas a recuperar	19	-	19	(2.045)	-	-	(2.045)
Dúvidas a receber	(6.331)	-	(6.331)	(14.085)	-	-	(14.085)
Outros ativos	(6.331)	-	(6.331)	(14.085)	-	-	(14.085)
(Decréscimo)/acréscimo em passivos:							
Fornecedores	(754)	-	(754)	7.407	-	-	7.407
Obrigações trabalhistas e tributária	(10.886)	8.546	(2.340)	(8.326)	24.327	-	20.501
Adiantamentos de clientes	-	-	-	(56.881)	-	-	(56.881)
Compromissos com parceiros	-	-	-	-	(22.238)	-	(22.238)
Outros passivos	4.030	-	4.030	11.068	-	-	13.393
IRPJ e CSLL pagos	-	(8.703)	-	(8.703)	-	-	(8.703)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas operações	(59)	-	(59)	(307.110)	(22.288)	-	(329.348)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:							
Aporte de capital	(4)	-	(4)	-	-	-	-
Distribuição de lucros	24.103	-	24.103	7.643	-	-	7.643
Outros investimentos	(6.396)	-	(6.396)	(6.513)	-	-	(6.513)
Aquisição de imobilizado e intangível	(13.076)	-	(13.076)	(15.393)	-	-	(15.393)
Fluxo de caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (aplicados) nas atividades de investimentos	(9.770)	-	(9.770)	(14.263)	-	-	(14.263)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:							
Pagamento de dividendos	(47.090)	-	(47.090)	(70.759)	-	-	(70.759)
Partes relacionadas	(4.082)	-	(4.082)	(22.238)	22.238	-	-
Captação de empréstimos, financiamentos	472.679	-	472.679	745.776	-	-	745.776
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures e cessão de recebíveis	(253.825)	-	(253.825)	(242.246)	123.898	-	(118.348)
Pagamento de encargos sobre empréstimos e financiamentos	-	(54.566)	-	(54.566)	(123.898)	-	(123.898)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados nas atividades de investimentos	107.682	-	107.682	410.533	22.238	-	432.771
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	72.489	-	72.489	1.764	-	-	1.764
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	166.588	-	166.588	354.210	-	-	354.210
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	239.077	-	239.077	355.974	-	-	355.974

Ref.	Controladora			Consolidado		
	2023 Originalmente apresentado	2023 Ajustes	2023 Reapresentado	2023 Originalmente apresentado	2023 Ajustes	2023 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais:						
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	280.775	18.419	299.194	316.633	18.626	335.259
Ajustes para conciliar o resultado do caixa nas atividades operacionais						
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e cessão de recebíveis	23.528	-	23.528	83.100	-	83.100
Juros de operações com partes relacionadas	1.529	-	1.529	6.824	-	6.824
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	133	-	133
Equivalência patrimonial	(333.993)	(22.551)	(356.544)	(4.515)	-	(4.515)
Provisão para demandas judiciais	13.193	-	13.193	13.193	-	13.193
Depreciação e amortizações	2.156	-	2.156	2.422	-	2.422
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-
Atualização de compromissos com parceiros	-	4.289	4.289	-	14.525	14.525
Provisão para garantia	-	-	-	-	9.482	9.482
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(12.812)	157	(12.655)	417.970	42.633	460.623

Variações nos ativos e passivos:							
Decréscimo/(acréscimo) em ativos:							
Contas a receber	3.309	-	3.309	(566.831)	(149.118)	-	(715.949)
Estoques	(264)	-	(264)	28.574	115.066	-	143.640
Impostos a recuperar	(19)	-	(19)	1.824	-	-	1.824
Outros ativos	369	-	369	(14.284)	-	-	(14.284)
(Decréscimo)/acréscimo em passivos:							
Fornecedores	(1.056)	-	(1.056)	21.857	-	-	21.857
Obrigações trabalhistas e tributária	(6.128)	3.546	(2.582)	1.708	17.062	-	18.770
Adiantamentos de clientes	(3.670)	-	(3.670)	67.161	-	-	67.161
Compromissos com parceiros	-	-	-	-	9.780	-	9.780
Outros passivos	296	-	296	1.671	(9.482)	-	(7.811)
IRPJ e CSLL pagos	-	(3.703)	-	(3.703)	(16.161)	-	(16.161)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas operações	(20.175)	-	(20.175)	(40.530)	9.780	-	(30.750)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:							
Aporte de capital	(43)	-	(43)	-	-	-	-
Distribuição de lucros	29.580	-	29.580	15.987	-	-	15.987
Outros investimentos	(235)	-	(235)	(367)	-	-	(367)
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.511)	-	(1.511)	(3.473)	-	-	(3.473)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (aplicados) nas atividades de investimentos	27.791	-	27.791	12.147	-	-	12.147
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:							
Pagamento de dividendos	(23.293)	-	(23.293)	(46.903)	-	-	(46.903)
Partes relacionadas	(154.371)	-	(154.371)	9.780	(9.780)	-	-
Captação de empréstimos, financiamentos	259.404	11.341	270.745	450.432	(2.172)	-	448.260
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures e cessão de recebíveis	(24.138)	22.305	(1.833)	(236.879)	81.966	-	(154.913)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(33.646)	-	(33.646)	(79.794)	-	(79.794)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados nas atividades de investimentos	57.602	-	57.602	176.430	(9.780)	-	166.650
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	63.218	-	63.218	148.047	-	-	148.047
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	101.370	-	101.370	206.163	-	-	206.163
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	166.588	-	166.588	354.210	-	-	354.210

**3. Políticas contábeis materiais**

a) **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis**  
A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da diretoria da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações. As demonstrações financeiras incluem várias estimativas referentes a provisões necessárias para demandas judiciais, provisão para ganhos e perdas, provisão para distritos, determinação de provisões para tributos, custos orçados e andamento de obras, apropriação de despesas com vendas, e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A administração monitora e revisa estas estimativas e suas premissas em bases anuais.  
Estimativas e premissas contábeis críticas  
A diretoria revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

**Provisões para distritos e perdas esperadas de créditos de contas a receber**  
A Companhia aplica o método de conclusão de contratos de venda das unidades imobiliárias, níveis de inadimplência e ocorrências de distritos. A provisão para distritos é constituída apenas quando houver evidências objetivas de perda. Atualmente, a Companhia não constitui provisão para distritos, considerando que:  
➢ O nível histórico de inadimplência é baixo, sem registro de perdas econômicas e financeiras decorrentes de distritos.  
➢ Os distritos são pouco frequentes e não indicam tendência que represente risco relevante.  
➢ As unidades comercializadas apresentam valorização consistente, reduzindo a probabilidade de perda econômica.  
➢ As unidades distritadas são revendidas rapidamente, sem perda de valor realizável.  
➢ Os contratos são garantidos por alienação fiduciária, permitindo retomada célere e mitigando risco de crédito.

Com base nessas condições, a administração conclui que não há evidências objetivas que justifiquem o reconhecimento de provisão para distritos na data das demonstrações financeiras. A Companhia mantém monitoramento contínuo dessas variáveis e revisará esta política caso mudanças relevantes sejam identificadas.

**Costo de garantia**  
As vendas de unidades concluídas concedem o exercício de garantia sobre as benfeitorias realizadas com base na legislação vigente por um período de cinco anos. Uma provisão é reconhecida baseado em estimativa dos custos a serem incorridos no atendimento de eventuais reivindicações. A provisão é revisada anualmente e representa de 1% a 1,5% do orçamento de obra, sendo que tal percentual foi obtido pela Companhia levando-se em consideração dados históricos e experiências adquiridas em outros empreendimentos.

**Reconhecimento de receita**  
A Companhia usa o método de Porcentagem de Conclusão (POC) para contabilizar seus contratos de venda de unidades nos empreendimentos de incorporação imobiliária. O uso do método POC requer que a Companhia estime os custos a serem incorridos até o término do empreendimento de incorporação imobiliária para estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos. Mudanças nas referidas estimativas podem afetar o montante da receita reconhecida e, consequentemente, o resultado de vendas de unidades.  
Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos no resultado da Companhia. O efeito de tais revisões nas estimativas afeta o resultado, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificações de Erros.

**Redução ao valor recuperável de ativos**  
A diretoria revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício, quando identificadas.

**Provisões para demandas judiciais**  
A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais, como resultado de acontecimentos passados, é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável do montante possa ser feita. A definição da probabilidade de perda, por parte da Administração, inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos prognósticos de perda dos advogados externos patronos de cada processo. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da diretoria. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que foram avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

**Reconhecimento da receita de venda de imóveis e incorporação de loteamento**  
O reconhecimento da receita de venda de imóveis segue os procedimentos e orientações estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº2/2018, referente aos registros contábeis ao reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída nas Companhias Brasileiras do setor de incorporação imobiliária, a serem observadas na elaboração das demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

(i) Venda de bens (incorporação imobiliária) – Unidades concluídas  
Nas vendas de unidades concluídas, a receita é reconhecida no momento em que a venda é efetuada (transferência de riscos e benefícios), independentemente do prazo de recebimento do valor contratual, e as receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

(ii) Venda de bens (incorporação imobiliária) – Unidades não concluídas  
Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos: A Companhia, suas controladas e investidas, adotaram o NBC TG 47/IFRS 15 - "Receitas de Contratos com Clientes", a partir de 1º de janeiro de 2018, contemplando também as orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP no 02/2018, de 12 de dezembro de 2018, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída nas Companhias abertas brasileiras do setor de incorporação imobiliária.  
O Ofício circular afirma que a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15) às transações de venda de unidades imobiliárias não concluídas, realizadas por entidades registradas na CVM do setor de incorporação imobiliária, têm questões centrais, como: (a) o foco no contrato (unidade de conta); (b) o monitoramento contínuo dos contratos; (c) uma estrutura de controles internos em padrão de qualidade considerado, no mínimo, aceitável para os propósitos aos quais se destina; (d) a realização de ajustes temporários; e (e) a qualidade da informação (valor preditivo e confirmatório das demonstrações financeiras). A receita somente é reconhecida, caso a Companhia identifique que não exista mais o risco de incerteza de entrada de fluxo de caixa efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado. Os contratos de venda firmados entre a Companhia e seu ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelas empresas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual.

Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, a Companhia e suas controladas, em decorrência do seu modelo de negócio e características dos instrumentos financeiros ativos, classifica tais instrumentos como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.  
**Reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos passivos financeiros**  
Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificações de Erros. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.  
Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, a Companhia mantém somente passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros mensurados a custo amortizado compreendem: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, adiantamentos, dividendos a pagar e outros passivos.

**Instrumentos financeiros derivativos**  
Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual o ativo pode ser realizado e o passivo liquidado, entre partes conhecidas, em condições normais de mercado.  
Subsequentemente, o reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros derivativos são remensurados pelo valor justo na data das demonstrações financeiras e as alterações são contabilizadas no ajustado.

e) **Juros a apropriar**  
Os valores a receber de clientes são ajustados pelas taxas de juros contratuais até a data de vencimento, sendo deduzidos os valores dos juros posteriores ao fechamento do exercício. Os efeitos da correção da carteira de clientes até o fechamento do exercício são reconhecidos como receita financeira no resultado.  
f) **Imóveis a comercializar**  
(i) **Terenos para loteamento**  
O pagamento dos terrenos adquiridos e transferidos para a propriedade da Companhia pode ocorrer à vista, a prazo ou por meio de permuta, que consiste na participação do resultado líquido do empreendimento (permuta financeira), mas na maioria dos empreendimentos ocorre sociedade no negócio, em que o parceiro participa com o terreno e a GR com expertise do negócio, constituindo uma SPE.  
(ii) **Unidades concluídas e/ou direitos sobre imóveis**  
Avaliados ao custo de aquisição ou de construção, que não excede o valor de mercado.  
O custo dos imóveis a comercializar inclui gastos incorridos na aquisição do terreno, na construção (incluindo rede elétrica, esgoto, pavimentação e custos de materiais de construção) e custos de mão de obra própria e contratada de terceiros.

g) **Investimentos**  
Os investimentos da Companhia em suas controladas e coligadas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial para fins das demonstrações financeiras individuais.  
A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como resultado de equivalência patrimonial, representando o lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas da controlada.  
As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.  
Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional ao valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas controladas.  
A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.  
Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a controlada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da coligada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e os resultados da venda.  
As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle em conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante da entidade.  
Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação.  
A Controladora e algumas de suas controladas participam de consórcios (joint ventures), na condição de líderes, atuando como responsáveis pela construção e pela comercialização dos empreendimentos.  
Na consolidação, a Controladora reconhece sua parcela proporcional dos ativos, passivos e resultado do consórcio, de acordo com os respectivos percentuais de participação.

h) **Imobilizado**  
Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, com base nas taxas estipuladas a cada bem, conforme as taxas anuais demonstradas abaixo.

	2025	2024	2023
Aeronave	10%	10%	10%
Móveis e utensílios	10%	10%	10%
Edifícios	4%	4%	4%
Ferramentas	10%	10%	10%
Informática	20%	20%	20%
Máquinas e equipamentos	10%	10%	10%
Veículos	20%	20%	20%

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.  
i) **Redução ao valor recuperável**

**Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não monetários (imobilizado e intangível) são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no seu valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.  
Os fatores considerados pela Companhia incluem resultados operacionais de curto prazo, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Nenhuma evidência de irreversibilidade foi registrada nos períodos apresentados.  
Para o saldo de conta a receber, a Companhia realiza as vendas através de financiamento próprio, com alienação fiduciária desde a assinatura do contrato de venda, onde a unidade é transferida ao comprador após quitação total do financiamento. Em caso de cancelamento de vendas a unidade volta para estoque e a Companhia o revende com valor geralmente superior a venda cancelada, devido à valorização dos imóveis entre a data da venda inicial e a data de venda após cancelamento e retorno ao estoque. Tal análise é realizada individualmente por contrato de venda. Esta abordagem está em linha com o expediente prático previsto pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

A Companhia revisa periodicamente suas premissas para constituição da provisão de perdas de crédito esperadas, face à prática dos históricos de suas operações correntes e melhoria de suas estimativas.  
j) **Empréstimos e debêntures**  
Os empréstimos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

k) **Provisão para demandas judiciais**  
As demandas judiciais são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados internos e externos, e são registradas contabilmente de acordo com as regras estabelecidas, conforme o resumo a seguir:  
Uma provisão deve ser reconhecida quando:  
• A Companhia tem uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado.  
• É provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação.  
• É possível ser estimado o montante da obrigação com suficiente segurança.  
Se qualquer uma dessas condições não forem atendidas, a provisão não deve ser reconhecida.

Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a Companhia reconhece uma provisão, e quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, divulga a existência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.  
O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.  
Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia e suas controladas optaram pelo regime de lucro presumido. Assim, as bases de lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social são calculadas considerando a aplicação das alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, sobre as receitas brutas, que correspondem aos recebimentos dos créditos com promitentes compradores de imóveis. A base de cálculo é ajustada na forma do lucro presumido, sendo o imposto de renda calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro presumido anual excedente a R\$240 e pela contribuição social à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos/passivos são calculados com base na aplicação das mesmas alíquotas acima mencionadas. O imposto de renda e a contribuição social diferida passiva são originados da diferença de reconhecimento de receita para fins contábeis e tributários para o segmento que prevê o pagamento dos impostos pelo regime de caixa.  
l) **Imposto de renda e contribuição social**  
As demandas judiciais são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados internos e externos, e são registradas contabilmente de acordo com as regras estabelecidas, conforme o resumo a seguir:  
Uma provisão deve ser reconhecida quando:  
• A Companhia tem uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado.  
• É provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação.  
• É possível ser estimado o montante da obrigação com suficiente segurança.  
Se qualquer uma dessas condições não forem atendidas, a provisão não deve ser reconhecida.

Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a Companhia reconhece uma provisão, e quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, divulga a existência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.  
O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.  
Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia e suas controladas optaram pelo regime de lucro presumido. Assim, as bases de lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social são calculadas considerando a aplicação das alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, sobre as receitas brutas, que correspondem aos recebimentos dos créditos com promitentes compradores de imóveis. A base de cálculo é ajustada na forma do lucro presumido, sendo o imposto de renda calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro presumido anual excedente a R\$240 e pela contribuição social à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos/passivos são calculados com base na aplicação das mesmas alíquotas acima mencionadas. O imposto de renda e a contribuição social diferida passiva são originados da diferença de reconhecimento de receita para fins contábeis e tributários para o segmento que prevê o pagamento dos impostos pelo regime de caixa.  
m) **Receitas financeiras e despesas financeiras**  
As receitas financeiras compreendem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método da taxa de juros efetiva.  
As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método da taxa de juros efetiva.  
Os ganhos e as perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados separadamente como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida.

n) **Participações nos lucros de empregados**  
A Companhia e suas controladas possuem planos de benefícios a funcionários, na forma de participação nos lucros e planos

	Controladora					Esse modelo operacional não altera a autonomia contábil das SPES, mas visa exclusivamente à gestão integrada da tesouraria, garantindo maior eficiência e controle sobre o fluxo financeiro consolidado.
	2025	2024	2023			
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)			
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Partes relacionadas (controladas e coligadas):</b>						
FGR Urbanismo Centro-Sul S.A.	54.982	-	63.802	-	35.133	-
FGR Urbanismo Jardins Mônaco - SCP.	392	255	-	255	392	255
AR Agropecuária S.A. SPE	30.298	-	28.338	-	26.858	-
FGR Urbanismo Campinas SPE Ltda.	1.708	-	1.708	-	1.128	-
FGR Urbanismo Belém S.A. - SPE	23.441	-	24.821	-	12.671	4.788
FGR Urbanismo Natal SPE - Ltda.	-	5.404	-	4.788	120	-
FGR Urbanismo Marabá SPE - Ltda.	3.039	-	3.039	-	3.039	-
FGR Urbanismo Jardins Siena SPE Ltda.	-	-	30	-	-	-
FGR Urbanismo Jardins Zurich SPE Ltda.	-	-	30	-	-	-
FGR Urbanismo Mata do Algodão Ltda.	12.533	-	12.503	-	5.191	-
Sociedade 16 Parceria Imobiliária SPE Ltda.	1.433	-	37.185	-	5.117	-
SPE 11 Parceria Imobiliária SPE Ltda.	148	-	148	-	148	-
SPE 12 Parceria Imobiliária SPE Ltda.	109	-	93	-	29	-
FGR Jardins Ancora SPE Ltda.	900	-	-	-	8.310	-
FGR Casas Jardins Marinha/Lyon SPE Ltda.	399.217	-	237.562	-	83.555	-
Market Empreendedora S.A.	7	-	3	-	-	23
FGR Casas Jardins Nápoles/Bolonha SPE Ltda.	38.756	-	38.356	-	48.156	-
FGR Urbanismo Jardins Henedina SPE Ltda.	12.722	-	6.050	-	12.125	-
FGR Jardins Gramados SPE - Ltda.	61.482	-	47.595	-	38.623	-
FGR Casas Jardins Porto/Barcelona SPE - Ltda.	42.585	-	37.185	-	1.820	-
FGR Casas Jardins Sevilha SPE Ltda.	1.840	-	1.840	-	77.556	-
FGR Casas Jardins Capri/Parma SPE Ltda.	53.422	-	42.292	-	28.715	-
FGR Casas Jardins França SPE Ltda.	24.201	-	23.264	-	4.032	-
FGR Incorporações Jardins Versalhes SPE Ltda.	8.794	-	1.959	-	11.994	-
FGR Incorporações Jardins Cannes SPE Ltda.	28.794	-	18.625	-	4.032	-
FGR Incorporações Jardins Turim SPE Ltda.	33.418	-	8.041	-	4.690	-
FGR Construtora e Incorporadora SPE Belém Ltda.	16.537	-	16.657	-	-	-
FGR Incorporações Jardins Treviso Residencial Ltda.	202	-	-	-	-	-
FGR Incorporações Jardins Berlim SPE Ltda.	41.181	-	16.202	-	377	-
FGR Incorporações Jardins Grécia Ltda.	14.297	-	3.751	-	-	-
FGR Incorporações Jardins Fama 2 Ltda.	1.077	-	1.054	-	-	-
FGR Incorporações Jardins Montreal Ltda.	10.967	-	-	-	-	-
FGR Casas Jardins Cannes SPE Ltda. (i)	125.467	-	136.669	-	4.520	-
FGR Incorporações Fazenda Vargem Bonita Ltda	327	-	-	-	-	-
FGR Incorporações Jardins Genova Ltda.	300	-	-	-	-	-
FGR Incorporações Fazenda Dourados Ltda	412	-	-	-	-	-
FGR Participações S/A (i)	12.411	-	-	-	1.557	-
FGR - Incorporações Jardins Londres SPE Ltda	-	57.119	-	66.871	102.385	-
FGR Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	600	600	-
FGR Incorporações Jardins Roma SPE Ltda	-	17.458	-	19.557	8.758	-
FGR Incorporações Jardins Frankfurt SPE Ltda	-	136.356	-	67.229	67.594	-
FGR Incorporações Jardins Miami Ltda.	-	9.857	-	58.450	2.209	-
FGR Incorporações Jardins Quebec SPE	-	15.025	-	2.432	2.449	-
	1.455	-	590	-	978	-
	1.058.664	241.474	636.578	356.854	431.900	207.541

O valor foi liquidado em 2025 por meio de captação financeira realizada pela controladora, com posterior cumprimento da obrigação perante a SPE mediante amortização dos recursos anteriormente adiantados, conforme a política de caixa unida descrita na Nota Explicativa 7.

Os fluxos de recebimentos e pagamentos das SPES são realizados por meio de transferências internas para a Companhia, que administra centralizadamente a liquidez necessária para cada projeto, respeitando a segregação contábil, os contratos de financiamento e demais obrigações regulatórias aplicáveis.

	Controladora					Esse modelo operacional não altera a autonomia contábil das SPES, mas visa exclusivamente à gestão integrada da tesouraria, garantindo maior eficiência e controle sobre o fluxo financeiro consolidado.
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023			
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Partes relacionadas (parceiros imobiliários):</b>						
Parceiro - Marabá	11.537	-	11.539	-	10.852	-
Parceiro - AR Agropecuária	96.447	-	71.027	-	66.801	-
Parceiro - SPE Campinas	55.697	-	49.788	-	41.853	-
Parceiro - Cannes	1.757	-	2.127	-	2.320	-
Parceiro - GPL	2.915	-	2.916	-	2.742	-
Parceiro - Sebbá	996	-	572	-	546	-
	168.949	-	137.999	-	125.114	-
	1.227.613	241.474	774.547	356.854	557.014	207.541
	-	6.659	-	5.046	-	5.066
	1.227.613	235.815	774.547	351.808	557.014	202.475

	Controladora					Esse modelo operacional não altera a autonomia contábil das SPES, mas visa exclusivamente à gestão integrada da tesouraria, garantindo maior eficiência e controle sobre o fluxo financeiro consolidado.
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023			
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Partes relacionadas (parceiros):</b>						
Parceiro - AR Agropecuária	96.447	-	71.097	-	66.871	-
Parceiro - Ibiza	-	-	65	-	65	-
Parceiro - Marabá	11.537	-	11.539	-	10.852	-
FGR Urbanismo Natal SPE - Ltda.	4.246	430	3.762	160	3.762	203
FGR Urbanismo Jardins Henedina SPE Ltda.	12.722	-	6.050	-	-	-
FGR Incorporadora e Construtora SPE Belém Ltda	16.657	-	16.657	-	16.657	-
Parceiro - SPE Campinas	55.697	-	49.788	-	41.853	-
Parceiro - Mata do Algodão	-	-	2.430	-	-	-
Parceiro - GPL	2.915	-	2.916	-	2.742	-
Parceiro - Cannes	1.757	-	2.127	-	2.320	-
Parceiro - Sebbá	996	-	572	-	547	-
	12.411	-	-	-	-	-
	183	-	111	-	113	-
	215.168	430	167.114	160	145.782	203
	4.359	430	6.370	160	3.940	203
	210.809	-	160.744	-	141.842	-

(i) Referente ao valor a receber da cessão do ativo e passivo relacionado a uma aeronave para a controladora FGR Participações S.A., conforme mencionado na Nota explicativa 9.

Remuneração do pessoal-chave da administração  
Em 2025, a remuneração do pessoal-chave de administração, incluindo participação nos resultados, fíndos, totalizou R\$3.109. Nos exercícios fíndos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, essa remuneração totalizou R\$12.320 e R\$11.450, respectivamente.

	Controladora					Esse modelo operacional não altera a autonomia contábil das SPES, mas visa exclusivamente à gestão integrada da tesouraria, garantindo maior eficiência e controle sobre o fluxo financeiro consolidado.
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023			
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>8. Investimentos</b>						
Investimentos em empresas controladas	1.468.880	967.062	585.490	-	38.017	18.685
Investimentos em empresas coligadas	41.057	38.017	16.685	41.057	38.017	18.685
Outros investimentos	1.521.088	1.011.681	605.440	52.986	46.304	20.459
	(51.852)	(45.932)	(81.133)	-	-	-
Provisão para perda em investimentos	1.469.236	965.749	524.307	52.986	46.304	20.459

### 8.1. Composição dos investimentos

Principais informações das participações societárias e a composição dos investimentos:

	Participação - %				Ativo				Passivo				Patrimônio Líquido			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	
<b>Investidas consolidadas</b>																
FGR Empreendimentos Imobiliários S.A.	66,73	66,73	66,73	462	1.497	1.438	15	57	63	447	1.440	1.375				
FGR Urbanismo Jardins Veronia S.A. - SPE.	99,50	50,00	50,00	-	322	308	-	33	34	289	274					
FGR Urbanismo Centro-Sul S.A.	99,50	99,50	99,50	399.360	359.029	402.966	81.208	93.041	145.302	318.152	266.588	257.664				
FGR Urbanismo Belém S.A. - SPE	55,00	55,00	55,00	51.040	57.337	62.607	37.982	45.244	45.710	13.058	12.393	16.897				
FGR Negócios Imobiliários S.A.	99,50	99,50	99,50	1.505	1.537	1.387	177	168	159	1.328	1.369	1.228				
FGR Urbanismo Natal SPE - Ltda.	56,00	56,00	56,00	15.505	17.464	19.361	786	1.061	1.392	14.719	16.403	17.969				
FGR Urbanismo Jardins Mônaco - SCP.	75,00	75,00	75,00	446	453	382	362	382	382	64	71	70				
FGR Urbanismo Jardins Valência - SCP.	80,00	80,00	80,00	816	761	696	273	281	248	543	480	448				
FGR Urbanismo Vila Velha S.A. - SPE.	52,00	52,00	52,00	14.959	17.453	17.813	944	1.244	1.017	14.015	16.209	16.796				
FGR Urbanismo Jardins Munique SPE - Ltda.	50,00	50,00	50,00	5.887	5.505	5.197	2.073	2.092	2.109	3.814	3.413	3.088				
FGR Urbanismo Marabá Ltda.	50,00	50,00	50,00	4.040	4.040	4.040	3.039	3.039	3.039	1.001	1.001	1.001				
Market Empreendedora S.A.	99,99	99,99	99,99	31	40	55	9	9	9	40	55					
FGR Jardins Genova Ltda. - SPE	99,99	99,99	99,99	1.288	3.614	3.551	1.220	805	709	68	2.809	2.842				
FGR Urbanismo Jardins Siena SPE Ltda.	50,00	50,00	50,00	6.182	8.547	11.549	4.203	636	852	5.779	7.911	10.697				
FGR Urbanismo Jardins Zurich SPE Ltda.	50,00	50,00	50,00	65.821	46.393	5.107	39.645	41.934	5.298	26.176	4.459	(191)				
FGR Urbanismo Jardins Sevilha SPE Ltda.	50,00	50,00	50,00	20.313	22.426	25.208	9.361	1.645	1.921	10.952	20.781	23.287				
FGR Urbanismo Mata do Algodão Ltda.	50,00	50,00	50,00	64.232	71.125	87.112	16.878	20.550	31.249	47.354	50.575	56.863				
SPE 12 Parceria Imobiliária SPE Ltda.	99,00	99,00	99,00	111	94	30	110	93	29	1	1	1				
FGR Jardins Ancora SPE Ltda.	61,06	61,06	61,06	80.063	87.820	95.030	40.749	6.069	14.930	39.314	81.851	80.100				
FGR Urbanismo Campinas SPE Ltda.	99,86	99,86	99,86	2.470	2.471	1.320	1.815	1.815	1.815	655	655	655				
FGR Incorporações Jardins Versalhes SPE Ltda. (iii)	100,00	99,00	99,00	50.834	50.834	50.196	48.909	59.901	56.325	1.924	7.082	(6.129)				
FGR Jardins Gramados SPE - Ltda.	99,00	99,00	99,00	266.710	240.336	163.369	177.225	220.935	138.316	89.485	(10.598)	25.052				
FGR Casas Jardins Marinha/Lyon SPE Ltda.	100,00	99,00	99,00	959.343	743.647	245.531	564.399	468.310	185.920	394.944	275.337	59.611				
FGR Casas Jardins Capri/Parma SPE Ltda.	100,00	99,00	99,00	72.380	60.460	96.681	63.679	53.778	91.463	8.701	6.882	5.218				
FGR Casas Jardins Sevilha SPE Ltda.	100,00	100,00	92,00	3.593	3.342	3.083	2.042	2.037	2.009	1.551	1.305	1.074				
FGR Incorporações Jardins Quebec SPE Ltda.(iii)	99,00	99,00	99,00	165.171	157.605	13.043	111.495	104.884	13.067	53.676	52.720	(24)				
FGR Casas Jardins França SPE Ltda.	100,00	99,00	99,00	44.423	43.046	53.561	37.153	37.919	41.187	7.270	5.127	12.374				
FGR Incorporações Jardins Londres SPE Ltda.	99,00	99,00														

Subtotal (b)	38.017	16.486	-	(14.700)	-	1.254	-	41.057
Investidas consolidadas (Provisão para perda de investimento)	Saldo inicial	Equivalência patrimonial	Aporte	Distribuição de lucros	Distribuição de Lucros desproporcional	Compra / venda e ajuste de investimentos	Reclassificação Ativo e Provisão para perda de investimento	Saldo final
AR Agropecuária S.A. SPE (*)	(9.923)	(1.771)	-	-	-	(9.988)	-	(21.682)
CASAS Jardins S/A	(811)	-	-	-	-	-	-	(811)
FGR Casas Jardins Cannes SPE Ltda.	(6.848)	95.861	-	-	-	100	(89.113)	(15.209)
FGR Casas Jardins Nápoles/Bolonha SPE Ltda.	(18.819)	(222)	-	-	-	(168)	-	(19.209)
FGR Casas Jardins Porto/Barcelona SPE - Ltda.	(12.578)	(572)	-	-	-	(128)	-	(13.278)
SPE 11 Parceria Imobiliária SPE Ltda.	(129)	-	-	-	-	-	-	(129)
Sociedade 16 Parceria Imobiliária SPE Ltda.	(1)	(5)	-	-	-	-	-	(6)
FGR Incorporações Jardins Fama 2 Ltda.	(1)	-	-	-	-	-	-	(1)
FGR Incorporações Jardins Grécia Ltda.	(820)	37.419	-	-	-	-	(36.599)	-
FGR Incorporações Fazenda Vargem Bonita Ltda.	-	(19)	-	-	-	-	-	(19)
Market Empreendedora S.A.	-	-	-	-	-	-	(715)	(715)
FGR Incorporações Jardins Jodel Ltda.	(2)	(1)	-	-	-	-	-	(3)
Subtotal (c)	(45.932)	130.690	-	-	-	(10.183)	(126.427)	(51.852)
Outros investimentos (cotas de capital) (d)	6.601	-	-	-	-	4.549	-	11.151
<b>Total 31/12/2025 (a+b+c+d)</b>	<b>965.749</b>	<b>594.327</b>	<b>-</b>	<b>(68.7398)</b>	<b>(19.896)</b>	<b>(2.205)</b>	<b>-</b>	<b>1.469.237</b>
Investidas consolidadas	Saldo inicial	Equivalência patrimonial	Aporte	Distribuição de lucros	Distribuição de Lucros desproporcional	Compra / venda e ajuste de investimentos	Reclassificação Ativo e Provisão para perda de investimento	Saldo final
FGR Casas Jardins Capri/Parma SPE Ltda.	5.166	1.449	-	-	-	-	-	6.615
FGR Casas Jardins França SPE Ltda.	12.251	(7.175)	-	-	-	-	-	5.076
FGR Casas Jardins Frankfurt SPE Ltda.	33.643	(10.869)	-	-	-	(858)	-	21.916
FGR Casas Jardins Marselha/Lyon SPE Ltda.	59.015	213.569	-	-	-	-	-	272.584
FGR Casas Jardins Sevilha SPE Ltda.	988	231	-	-	-	85	-	1.304
FGR Empreendimentos Imobiliários S.A.	917	-	-	-	-	-	-	980
FGR Incorporações Jardins Siena SPE Ltda.	4.578	7.293	-	-	-	-	-	11.871
FGR Incorporações Jardins Fama 2 Ltda.	-	(2)	1	-	-	-	1	-
FGR Incorporações Jardins Grécia Ltda.	1	(821)	-	-	-	-	820	-
FGR Incorporações Jardins Jodel Ltda.	-	(2)	-	-	-	-	2	-
FGR Incorporações Jardins Londres SPE Ltda.	15.599	25.703	-	-	-	-	-	41.302
FGR Incorporações Jardins Miami Ltda.	23.437	7.753	-	-	-	-	-	31.190
FGR Incorporações Jardins Modena SPE Ltda.	39	(9)	-	-	-	-	-	30
FGR Incorporações Jardins Montreal Ltda.	-	(1)	1	-	-	-	-	-
FGR Incorporações Jardins Quebec SPE Ltda.	-	52.632	-	-	-	-	-	52.632
FGR Incorporações Jardins Roma SPE Ltda.	89	1.594	-	-	(1.682)	-	-	1
FGR Incorporações Jardins Treviso Residencial Ltda.	-	-	1	-	-	-	-	-
FGR Incorporações Jardins Turim SPE Ltda.	4.304	22.835	-	-	(2.244)	-	-	24.895
FGR Jardins Ancora SPE LTDA	48.909	5.110	-	(971)	(3.070)	-	-	49.978
FGR Jardins Genova Ltda - SPE	2.841	(32)	-	-	-	-	-	2.809
FGR Jardins Gramados SPE - Ltda.	39.768	34.804	-	-	-	-	-	74.572
FGR Negócios Imobiliários S.A.	1.222	140	-	-	-	-	-	1.362
FGR Urbanismo Belém S.A. - SPE	9.293	(2.477)	-	-	-	-	-	6.816
FGR Urbanismo Campinas SPE Ltda.	684	(29)	-	-	-	-	-	655
FGR Urbanismo Centro-Sul S.A.	256.376	8.880	-	-	-	-	-	265.256
FGR Urbanismo Jardins Mônaco - SCP	53	-	-	-	-	-	-	53
FGR Urbanismo Jardins Munique SPE - Ltda.	1.544	162	-	-	-	-	-	1.706
FGR Urbanismo Jardins Sevilha SPE - Ltda.	11.643	1.242	-	(2.495)	-	-	-	10.390
FGR Urbanismo Jardins Siena SPE Ltda.	5.348	317	-	(1.710)	-	-	-	3.956
FGR Urbanismo Jardins Valência - SCP	358	26	-	-	-	-	-	384
FGR Urbanismo Jardins Verona S.A. - SPE	137	8	-	-	-	-	-	145
FGR Urbanismo Marabá Ltda.	501	-	-	-	-	-	-	501
FGR Urbanismo Mata do Algodão Ltda.	27.932	52	-	(2.581)	(115)	-	-	25.288
FGR Urbanismo Natal SPE - Ltda.	10.063	(877)	-	-	-	-	-	9.186
FGR Urbanismo Vila Velha S.A. - SPE	8.734	152	-	(458)	-	-	-	8.428
Market Empreendedora S.A.	55	(15)	-	-	-	-	-	40
Sociedade 16 Parceria Imobiliária SPE Ltda.	-	(1)	-	-	-	-	1	-
Sociedade 29 Parceria Imobiliária Ltda.	-	-	1	-	-	-	-	1
SPE 12 Parceria Imobiliária SPE Ltda.	1	-	-	-	-	-	-	1
FGR Incorporações Jardins Berlim SPE Ltda.	-	-	-	-	-	-	27.569	27.569
FGR Incorporações Jardins Versalhes SPE Ltda.	-	-	-	-	-	-	5.361	5.361
FGR Urbanismo Jardins Zurique SPE Ltda.	-	-	-	-	-	-	2.230	2.230
Subtotal (a)	585.490	361.684	4	(8.215)	(7.111)	(773)	35.984	967.063
Investidas coligadas	Saldo inicial	Equivalência patrimonial	Aporte	Distribuição de lucros	Distribuição de Lucros desproporcional	Compra / venda e ajuste de investimentos	Reclassificação Ativo e Provisão para perda de investimento	Saldo final
FGR Urbanismo Jardins Henedina SPE Ltda.	17.048	26.147	-	(7.009)	-	-	-	36.186
Vega Construtora XXIII Ltda.	1.637	625	-	(634)	-	203	-	1.831
Subtotal (b)	18.685	26.772	-	(7.643)	-	203	-	38.017
Investidas consolidadas (Provisão para perda de investimento)	Saldo inicial	Equivalência patrimonial	Aporte	Distribuição de lucros	Distribuição de Lucros desproporcional	Compra / venda e ajuste de investimentos	Reclassificação Ativo e Provisão para perda de investimento	Saldo final
AR Agropecuária S.A. SPE	(9.209)	(714)	-	-	-	-	-	(9.923)
CASAS Jardins S/A	(811)	-	-	-	-	-	-	(811)
FGR Casas Jardins Cannes SPE Ltda.	(17.200)	10.455	-	-	-	(43)	-	(6.848)
FGR Casas Jardins Nápoles/Bolonha SPE Ltda.	(15.074)	(1.614)	-	-	-	1.869	-	(14.819)
FGR Casas Jardins Porto/Barcelona SPE - Ltda.	(12.138)	(440)	-	-	-	-	-	(12.578)
FGR Incorporações Jardins Berlim SPE Ltda.	(22.526)	50.095	-	-	-	-	(27.569)	-
FGR Incorporações Jardins Versalhes SPE Ltda.	(3.891)	9.252	-	-	-	-	(5.361)	-
FGR Urbanismo Jardins Zurique SPE Ltda.	(96)	12.632	-	(8.245)	(2.061)	-	(2.230)	-
SPE 11 Parceria Imobiliária SPE Ltda.	(128)	-	-	-	-	-	-	(129)
FGR Incorporações Fazenda Vargem Bonita Ltda.	-	-	-	-	-	(1)	-	-
Sociedade 16 Parceria Imobiliária SPE Ltda.	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
FGR Incorporações Jardins Fama 2 Ltda.	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
FGR Incorporações Jardins Grécia Ltda.	-	-	-	-	-	-	(820)	(820)
FGR Incorporações Jardins Jodel Ltda.	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Subtotal (c)	(81.133)	79.666	-	(8.245)	(2.061)	1.825	(35.984)	(45.932)
Outros investimentos (cotas de capital) (d)	1.265	-	-	-	-	5.336	-	6.601
<b>Total 31/12/2024 (a+b+c+d)Total</b>	<b>524.307</b>	<b>468.122</b>	<b>4</b>	<b>(24.103)</b>	<b>(9.172)</b>	<b>6.591</b>	<b>-</b>	<b>965.749</b>

Investidas consolidadas	Saldo Inicial 31/12/2022	Aporte	Distribuição de lucros	Distribuição de Lucros desproporcional	Compra / venda e ajuste de investimentos	Equivalência patrimonial	Saldo final 31/12/2023
FGR Casas Jardins Capri/Parma SPE Ltda.	6.238	-	-	-	-	(1.620)	5.166
FGR Casas Jardins França SPE Ltda.	5.554	-	-	-	489	6.208	12.251
FGR Casas Jardins Frankfurt SPE Ltda.	(30)	-	(1)	-	33.643	33.643	33.643
FGR Casas Jardins Marselha/Lyon SPE Ltda.	(1.440)	-	-	(126)	60.581	59.015	59.015
FGR Casas Jardins Sevilha SPE Ltda.	796	-	-	-	192	988	988
FGR Empreendimentos Imobiliários S.A.	882	-	-	-	35	917	917
FGR Incorporações Jardins Cannes SPE Ltda.	3.366	-	1	-	1.211	4.578	4.578
FGR Incorporações Jardins Fama 2 Ltda.	-	-	-	-	-	-	-
FGR Incorporações Jardins Grécia Ltda.	-	-	-	-	-	1	1
FGR Incorporações Jardins Jodel Ltda.	-	-	-	-	-	-	-
FGR Incorporações Jardins Londres SPE Ltda.	36.046	-	-	-	(20.447)	15.599	23.437
FGR Incorporações Jardins Miami Ltda.	-	1	-	-	-	23.437	23.437
FGR Incorporações Jardins Modena SPE Ltda.	-	39	-	-	-	39	39
FGR Incorporações Jardins Montreal Ltda.	-	-	-	-	-	-	-
FGR Incorporações Jardins Quebec SPE Ltda.	-	-	-	-	-	-	-
FGR Incorporações Jardins Roma SPE Ltda.	-	1	-	(3.560)	-	3.648	89
FGR Incorporações Jardins Treviso Residencial Ltda.	-	-	-	-	-	-	-
FGR Incorporações Jardins Turim SPE Ltda.	4.110	-	-	(3.376)	-	3.570	4.304
FGR Jardins Ancora SPE LTDA	49.621	-	-	(5.502)	-	4.790	48.909
FGR Jardins Genova Ltda - SPE	2.298	-	-	-	543	2.841	2.841
FGR Jardins Gramados SPE - Ltda.	9.088	-	-	-	30.680	39.768	39.768
FGR Negócios Imobiliários S.A.	1.201	-	-	-	21	1.222	1.222
FGR Urbanismo Belém S.A. - SPE	17.310	-	(3.370)	-	(1)	(4.646)	9.293
FGR Urbanismo Campinas SPE Ltda.	684	-	-	-	-	684	684
FGR Urbanismo Centro-Sul S.A.	35.875	-	-	-	220.501	256.376	256.376
FGR Urbanismo Jardins Mônaco - SCP	59	-	-	-	(6)	53	53
FGR Urbanismo Jardins Munique SPE - Ltda.	1.415	-	-	-	129	1.544	1.544
FGR Urbanismo Jardins Sevilha SPE - Ltda.	13.113	-	(2.655)	-	1.185	11.643	11.643
FGR Urbanismo Jardins Siena SPE Ltda.	6.845	-	(1.715)	-	218	5.349	5.349
FGR Urbanismo Jardins Valência - SCP	342	-	-	-	16	358	358
FGR Urbanismo Jardins Verona S.A. - SPE	125	-	-	-	11	137	137
FGR Urbanismo Marabá Ltda.	501	-	-	-	-	501	501
FGR Urbanismo Mata do Algodão Ltda.	33.063	-	(3.610)	(3.809)	-	2.288	27.932
FGR Urbanismo Natal SPE - Ltda.	11.643	-	-	-	1	(1.581)	10.063
FGR Urbanismo Vila Velha S.A. - SPE	9.893	-	(1.685)	-	-	526	8.734
Market Empreendedora S.A.	55	-	(542)	-	-	542	55
Sociedade 16 Parceria Imobiliária SPE Ltda.	-	-	-	-	-	-	-
Sociedade 29 Parceria Imobiliária Ltda.	-	-	-	-	-	-	-
SPE 12 Parceria Imobiliária SPE Ltda.	1	-	-	-	-	1	1
Subtotal (a)	248.654	42	(13.577)	(16.247)	913	365.705	585.490
Investidas coligadas	Saldo Inicial	Aporte	Distribuição de lucros	Distribuição de Lucros desproporcional	Compra / venda e ajuste de investimentos	Equivalência patrimonial	Saldo final
FGR Urbanismo Jardins Henedina SPE Ltda.	28.824	-	(15.790)	-	-	4.014	17.048
Vega Construtora XXIII Ltda.	427	-	(197)	-	906	501	1.637
Subtotal (b)	29.251	-	(15.987)	-	906	4.515	18.685
Investidas consolidadas (Provisão para perda de investimento)	Saldo Inicial	Aporte	Distribuição de lucros	Distribuição de Lucros desproporcional	Compra / venda e ajuste de investimentos	Equivalência patrimonial	Saldo final
AR Agropecuária S.A. SPE (*)	(8.534)	-	-	-	-	(675)	(9.209)
CASAS Jardins S/A	(679)	-	-	-	(593)	461	(811)
FGR Casas Jardins Cannes SPE Ltda.	(292)	-	-	-	-	(16.968)	(17.200)
FGR Casas Jardins Nápoles/Bolonha SPE Ltda.	(16.085)	-	-	-	(1.414)	2.425	(15.074)
FGR Casas Jardins Porto/Barcelona SPE - Ltda.	(9.265)	-	-	-	(815)	(2.058)	(12.138)
FGR Incorporações Jardins Berlim SPE Ltda.	(18.912)	-	-	-	(3.614)	(22.526)	(22.526)
FGR Incorporações Jardins Versalhes SPE Ltda.	(10.670)	-	-	-	1	6.778	(3.891)
FGR Urbanismo Jardins Zurique SPE Ltda.	(71)	-	-	-	(25)	(96)	(128)
SPE 11 Parceria Imobiliária SPE Ltda.	(129)	-	-	-	1	(128)	(129)
FGR Incorporações Fazenda Vargem Bonita Ltda.	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal (c)	(64.637)	-	-	-	(2.820)	(13.676)	(81.133)
Outros investimentos (cotas de capital) (d)	1.053	-	-	-	212	1.265	1.265
<b>Total 31/12/2023 (a+b+c+d)</b>	<b>214.321</b>	<b>42</b>	<b>(29.564)</b>	<b>(16.247)</b>	<b>(789)</b>	<b>356.544</b>	<b>524.307</b>

Modalidade	Moeda	Taxas contratuais	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
CCB - Capital de Giro (a)	BRL	CDI + 2,06% a 5,36%	786.277	343.082	107.086	1.144.723	664.341	302.086
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI (b)	BRL	IPCA + 9,50% a 9,50%	185.075	1				

Demonstração da apuração lucro presumido e RET						
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receita imobiliária:</b>	<b>11.671</b>	<b>14.519</b>	<b>42.317</b>	<b>658.473</b>	<b>1.201.253</b>	<b>1.112.460</b>
(1) Deduções relativas a parceiros	(4.173)	(4.289)	(17.105)	(66.887)	(106.213)	(145.371)
<b>Receita base – Lucro presumido</b>	<b>7.498</b>	<b>10.230</b>	<b>25.212</b>	<b>572.566</b>	<b>1.095.040</b>	<b>967.109</b>
Alíquota combinada IRPJ e CSLL	3,1%	3,1%	3,1%	3,1%	3,1%	3,1%
<b>Total Lucro presumido (a)</b>	<b>(231)</b>	<b>(315)</b>	<b>(777)</b>	<b>(17.636)</b>	<b>(33.727)</b>	<b>(29.980)</b>
<b>Receita imobiliária:</b>						
Receita base RET	-	-	-	931.789	235.744	-
Alíquota combinada IRPJ e CSLL	-	-	-	1.92%	1.92%	1.92%
Total RET (b)	-	-	-	(17.890)	(4.526)	-
Base de cálculo - Outras receitas e receitas financeiras	49.392	41.404	9.112	67.212	53.485	17.252
Outros	(1.176)	(3.613)	(1.019)	18.362	(124)	(13.624)
Alíquota	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Total outras receitas (c)	(16.393)	(12.849)	(2.752)	(29.095)	(22.530)	(1.168)
Despesa com IRPJ e CSLL (a+b+c)	(16.624)	(13.164)	(3.529)	(46.731)	(51.870)	(31.148)

**13. Provisão para demandas judiciais**  
A Companhia e as suas coligadas e controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos civis.  
A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:  
a) **Composição das provisões para demandas judiciais**

	31/12/2022	Provisão (reversão)	31/12/2023	Provisão (reversão)	31/12/2024	Provisão (reversão) (*)	31/12/2025
Cíveis	6.493	-	6.493	3.138	9.631	7.685	7.685
Trabalhistas	5.532	13.193	18.725	-	18.725	(12.903)	5.823
	12.025	13.193	25.218	3.138	28.356	(14.849)	13.508

(\*) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração, com suporte de seus assessores jurídicos reavaliou os riscos trabalhistas considerando novas jurisprudências e evoluções de discussões sobre regulamentação das leis trabalhistas, resultando, na redução de provisões anteriormente constituídas, uma vez que o entendimento do prognóstico de perda foi considerado como possível.  
As ações judiciais cíveis em que a Companhia figura como ré possuem as mais diversas naturezas e estão relacionadas principalmente a cancelamentos de contratos, já as trabalhistas estão relacionadas a discussões sobre vínculo empregatício.  
b) **Composição das demandas judiciais – perda possível**

	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Cíveis	46.911	60.279	91.119
Trabalhistas	46.911	60.279	20.245
	93.822	120.558	111.364

Os processos de natureza cível estão relacionados em sua maioria a questionamentos de clientes sobre produtos vendidos e/ou contratos de compra e venda e os trabalhistas com discussões sobre vínculo empregatício.

**14. Patrimônio líquido**  
a) **Capital social**  
Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado corresponde a R\$820.000 e está representado por 8.385.516 ações ordinárias sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado correspondia a R\$9.450 e está representado por 7.570.325 ações ordinárias sem valor nominal conforme apresentado abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Valor Ordinárias	634.926	6.492.935	77.43
Ordinárias	185.074	1.892.581	22.57
Total	820.000	8.385.516	100,00

Em 17 de novembro de 2025, os acionistas deliberaram e aprovaram o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$ 100.000, mediante emissão de 679.326 (seiscentas e setenta e nove mil e trezentas e vinte e seis) de novas ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, que foram subscritas e integralizadas pela sócia FGR Participações S.A. em moeda corrente nacional, mediante depósito em conta bancária.  
Em 30 de dezembro de 2025, os acionistas deliberaram e aprovaram o aumento do capital social da Companhia no montante total de R\$710.550. Desse valor R\$20.000 foram integralizados em moeda corrente nacional, mediante depósito em conta bancária de titularidade da Companhia, representando a emissão de 135.865 (cento e trinta e cinco mil e oitocentas e sessenta e cinco) novas ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas pela FGR Participações S.A. O montante de R\$690.550 foi integralizado por meio da capitalização de reservas de lucros.

b) **Reserva legal**  
A parcela de 5% (cinco por cento) será deduzida do lucro líquido do exercício para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o § 1º do art. 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

c) **Reservas de lucros a realizar**  
Quando o dividendo obrigatório, apurado conforme o estatuto ou o art. 202 da Lei das S.A., superar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia-geral poderá, mediante proposta da administração, destinar o excedente à reserva de lucros a realizar. No caso em análise, o montante remanescente decorre do efeito de equivalência patrimonial das controladas, que não representa realização financeira. Assim, esse valor não pode ser distribuído como dividendo, conforme dispõe o art. 197 da Lei 6.404/76.

d) **Reserva de retenção de lucros**  
A reserva de retenção de lucros foi constituída em conformidade com a proposta de destinação do resultado do exercício que será deliberada em assembleia-geral ordinária. Após a constituição da reserva legal, distribuições de dividendos o saldo remanescente é destinado, em conformidade com o art. 196 da lei 6.404/76, como reserva de retenção de lucros, nos termos do orçamento de capital.

e) **Lucro por ação**  
O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante cada um dos exercícios. A média ponderada de ações é calculada com base nos exercícios nos quais as ações estavam em circulação. Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, conseqüentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia.

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	460.648	380.436	295.666
Média ponderada de ações em circulação	7.627	7.570	7.570
Lucro básico e diluído por ação	60,40	50,26	30,06

f) **Distribuição de resultados**  
Nos termos do Estatuto Social, após as deduções legais, a Companhia assegura aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de, no mínimo, 5% do lucro líquido ajustado, conforme Artigo 202 da Lei das S.A. Além disso, a Companhia poderá distribuir juros sobre o capital próprio, os quais podem ser imputados ao dividendo obrigatório.

A Companhia está autorizada a levantar balanços intermediários e a distribuir dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados, reservas de lucros ou resultados apurados no decorrer do exercício. A Assembleia Geral Ordinária delibera sobre a destinação do lucro remanescente e dos lucros acumulados, de acordo com as disposições estatutárias e legais aplicáveis.

g) **Reservas de lucros a realizar**  
Quando o dividendo obrigatório, apurado conforme o estatuto ou o art. 202 da Lei das S.A., superar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia-geral poderá, mediante proposta da administração, destinar o excedente à reserva de lucros a realizar. No caso em análise, o montante remanescente decorre do efeito de equivalência patrimonial das controladas, que não representa realização financeira. Assim, esse valor não pode ser distribuído como dividendo, conforme dispõe o art. 197 da Lei 6.404/76.

h) **Reserva de retenção de lucros**  
A reserva de retenção de lucros foi constituída em conformidade com a proposta de destinação do resultado do exercício que será deliberada em assembleia-geral ordinária. Após a constituição da reserva legal, distribuições de dividendos o saldo remanescente é destinado, em conformidade com o art. 196 da lei 6.404/76, como reserva de retenção de lucros, nos termos do orçamento de capital.

i) **Lucro por ação**  
O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante cada um dos exercícios. A média ponderada de ações é calculada com base nos exercícios nos quais as ações estavam em circulação. Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, conseqüentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia.

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	460.648	380.436	295.666
Média ponderada de ações em circulação	7.627	7.570	7.570
Lucro básico e diluído por ação	60,40	50,26	30,06

j) **Distribuição de resultados**  
Nos termos do Estatuto Social, após as deduções legais, a Companhia assegura aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de, no mínimo, 5% do lucro líquido ajustado, conforme Artigo 202 da Lei das S.A. Além disso, a Companhia poderá distribuir juros sobre o capital próprio, os quais podem ser imputados ao dividendo obrigatório.

A Companhia está autorizada a levantar balanços intermediários e a distribuir dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados, reservas de lucros ou resultados apurados no decorrer do exercício. A Assembleia Geral Ordinária delibera sobre a destinação do lucro remanescente e dos lucros acumulados, de acordo com as disposições estatutárias e legais aplicáveis.

k) **Reservas de lucros a realizar**  
Quando o dividendo obrigatório, apurado conforme o estatuto ou o art. 202 da Lei das S.A., superar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia-geral poderá, mediante proposta da administração, destinar o excedente à reserva de lucros a realizar. No caso em análise, o montante remanescente decorre do efeito de equivalência patrimonial das controladas, que não representa realização financeira. Assim, esse valor não pode ser distribuído como dividendo, conforme dispõe o art. 197 da Lei 6.404/76.

l) **Reserva de retenção de lucros**  
A reserva de retenção de lucros foi constituída em conformidade com a proposta de destinação do resultado do exercício que será deliberada em assembleia-geral ordinária. Após a constituição da reserva legal, distribuições de dividendos o saldo remanescente é destinado, em conformidade com o art. 196 da lei 6.404/76, como reserva de retenção de lucros, nos termos do orçamento de capital.

m) **Lucro por ação**  
O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante cada um dos exercícios. A média ponderada de ações é calculada com base nos exercícios nos quais as ações estavam em circulação. Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, conseqüentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia.

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	460.648	380.436	295.666
Média ponderada de ações em circulação	7.627	7.570	7.570
Lucro básico e diluído por ação	60,40	50,26	30,06

n) **Distribuição de resultados**  
Nos termos do Estatuto Social, após as deduções legais, a Companhia assegura aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de, no mínimo, 5% do lucro líquido ajustado, conforme Artigo 202 da Lei das S.A. Além disso, a Companhia poderá distribuir juros sobre o capital próprio, os quais podem ser imputados ao dividendo obrigatório.

A Companhia está autorizada a levantar balanços intermediários e a distribuir dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados, reservas de lucros ou resultados apurados no decorrer do exercício. A Assembleia Geral Ordinária delibera sobre a destinação do lucro remanescente e dos lucros acumulados, de acordo com as disposições estatutárias e legais aplicáveis.

o) **Reservas de lucros a realizar**  
Quando o dividendo obrigatório, apurado conforme o estatuto ou o art. 202 da Lei das S.A., superar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia-geral poderá, mediante proposta da administração, destinar o excedente à reserva de lucros a realizar. No caso em análise, o montante remanescente decorre do efeito de equivalência patrimonial das controladas, que não representa realização financeira. Assim, esse valor não pode ser distribuído como dividendo, conforme dispõe o art. 197 da Lei 6.404/76.

p) **Reserva de retenção de lucros**  
A reserva de retenção de lucros foi constituída em conformidade com a proposta de destinação do resultado do exercício que será deliberada em assembleia-geral ordinária. Após a constituição da reserva legal, distribuições de dividendos o saldo remanescente é destinado, em conformidade com o art. 196 da lei 6.404/76, como reserva de retenção de lucros, nos termos do orçamento de capital.

q) **Lucro por ação**  
O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante cada um dos exercícios. A média ponderada de ações é calculada com base nos exercícios nos quais as ações estavam em circulação. Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, conseqüentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia.

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	460.648	380.436	295.666
Média ponderada de ações em circulação	7.627	7.570	7.570
Lucro básico e diluído por ação	60,40	50,26	30,06

r) **Distribuição de resultados**  
Nos termos do Estatuto Social, após as deduções legais, a Companhia assegura aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de, no mínimo, 5% do lucro líquido ajustado, conforme Artigo 202 da Lei das S.A. Além disso, a Companhia poderá distribuir juros sobre o capital próprio, os quais podem ser imputados ao dividendo obrigatório.

A Companhia está autorizada a levantar balanços intermediários e a distribuir dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados, reservas de lucros ou resultados apurados no decorrer do exercício. A Assembleia Geral Ordinária delibera sobre a destinação do lucro remanescente e dos lucros acumulados, de acordo com as disposições estatutárias e legais aplicáveis.

s) **Reservas de lucros a realizar**  
Quando o dividendo obrigatório, apurado conforme o estatuto ou o art. 202 da Lei das S.A., superar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia-geral poderá, mediante proposta da administração, destinar o excedente à reserva de lucros a realizar. No caso em análise, o montante remanescente decorre do efeito de equivalência patrimonial das controladas, que não representa realização financeira. Assim, esse valor não pode ser distribuído como dividendo, conforme dispõe o art. 197 da Lei 6.404/76.

t) **Reserva de retenção de lucros**  
A reserva de retenção de lucros foi constituída em conformidade com a proposta de destinação do resultado do exercício que será deliberada em assembleia-geral ordinária. Após a constituição da reserva legal, distribuições de dividendos o saldo remanescente é destinado, em conformidade com o art. 196 da lei 6.404/76, como reserva de retenção de lucros, nos termos do orçamento de capital.

u) **Lucro por ação**  
O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante cada um dos exercícios. A média ponderada de ações é calculada com base nos exercícios nos quais as ações estavam em circulação. Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, conseqüentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia.

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	460.648	380.436	295.666
Média ponderada de ações em circulação	7.627	7.570	7.570
Lucro básico e diluído por ação	60,40	50,26	30,06

v) **Distribuição de resultados**  
Nos termos do Estatuto Social, após as deduções legais, a Companhia assegura aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de, no mínimo, 5% do lucro líquido ajustado, conforme Artigo 202 da Lei das S.A. Além disso, a Companhia poderá distribuir juros sobre o capital próprio, os quais podem ser imputados ao dividendo obrigatório.

A Companhia está autorizada a levantar balanços intermediários e a distribuir dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados, reservas de lucros ou resultados apurados no decorrer do exercício. A Assembleia Geral Ordinária delibera sobre a destinação do lucro remanescente e dos lucros acumulados, de acordo com as disposições estatutárias e legais aplicáveis.

w) **Reservas de lucros a realizar**  
Quando o dividendo obrigatório, apurado conforme o estatuto ou o art. 202 da Lei das S.A., superar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia-geral poderá, mediante proposta da administração, destinar o excedente à reserva de lucros a realizar. No caso em análise, o montante remanescente decorre do efeito de equivalência patrimonial das controladas, que não representa realização financeira. Assim, esse valor não pode ser distribuído como dividendo, conforme dispõe o art. 197 da Lei 6.404/76.

x) **Reserva de retenção de lucros**  
A reserva de retenção de lucros foi constituída em conformidade com a proposta de destinação do resultado do exercício que será deliberada em assembleia-geral ordinária. Após a constituição da reserva legal, distribuições de dividendos o saldo remanescente é destinado, em conformidade com o art. 196 da lei 6.404/76, como reserva de retenção de lucros, nos termos do orçamento de capital.

y) **Lucro por ação**  
O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante cada um dos exercícios. A média ponderada de ações é calculada com base nos exercícios nos quais as ações estavam em circulação. Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, conseqüentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia.

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	460.648	380.436	295.666
Média ponderada de ações em circulação	7.627	7.570	7.570
Lucro básico e diluído por ação	60,40	50,26	30,06

z) **Distribuição de resultados**  
Nos termos do Estatuto Social, após as deduções legais, a Companhia assegura aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de, no mínimo, 5% do lucro líquido ajustado, conforme Artigo 202 da Lei das S.A. Além disso, a Companhia poderá distribuir juros sobre o capital próprio, os quais podem ser imputados ao dividendo obrigatório.

A Companhia está autorizada a levantar balanços intermediários e a distribuir dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados, reservas de lucros ou resultados apurados no decorrer do exercício. A Assembleia Geral Ordinária delibera sobre a destinação do lucro remanescente e dos lucros acumulados, de acordo com as disposições estatutárias e legais aplicáveis.

aa) **Reservas de lucros a realizar**  
Quando o dividendo obrigatório, apurado conforme o estatuto ou o art. 202 da Lei das S.A., superar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia-geral poderá, mediante proposta da administração, destinar o excedente à reserva de lucros a realizar. No caso em análise, o montante remanescente decorre do efeito de equivalência patrimonial das controladas, que não representa realização financeira. Assim, esse valor não pode ser distribuído como dividendo, conforme dispõe o art. 197 da Lei 6.404/76.

ab) **Reserva de retenção de lucros**  
A reserva de retenção de lucros foi constituída em conformidade com a proposta de destinação do resultado do exercício que será deliberada em assembleia-geral ordinária. Após a constituição da reserva legal, distribuições de dividendos o saldo remanescente é destinado, em conformidade com o art. 196 da lei 6.404/76, como reserva de retenção de lucros, nos termos do orçamento de capital.

ac) **Lucro por ação**  
O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante cada um dos exercícios. A média ponderada de ações é calculada com base nos exercícios nos quais as ações estavam em circulação. Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, conseqüentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia.

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	460.648	380.436	295.666
Média ponderada de ações em circulação	7.627	7.570	7.570
Lucro básico e diluído por ação	60,40	50,26	30,06

ad) **Distribuição de resultados**  
Nos termos do Estatuto Social, após as deduções legais, a Companhia assegura aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de, no mínimo, 5% do lucro líquido ajustado, conforme Artigo 202 da Lei das S.A. Além disso, a Companhia poderá distribuir juros sobre o capital próprio, os quais podem ser imputados ao dividendo obrigatório.

A Companhia está autorizada a levantar balanços intermediários e a distribuir dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados, reservas de lucros ou resultados apurados no decorrer do exercício. A Assembleia Geral Ordinária delibera sobre a destinação do lucro remanescente e dos lucros acumulados, de acordo com as disposições estatutárias e legais aplicáveis.

ae) **Reservas de lucros a realizar**  
Quando o dividendo obrigatório, apurado conforme o estatuto ou o art. 202 da Lei das S.A., superar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia-geral poderá, mediante proposta da administração, destinar o excedente à reserva de lucros a realizar. No caso em análise, o montante remanescente decorre do efeito de equivalência patrimonial das controladas, que não representa realização financeira. Assim, esse valor não pode ser distribuído como dividendo, conforme dispõe o art. 197 da Lei 6.404/76.

af) **Reserva de retenção de lucros**  
A reserva de retenção de lucros foi constituída em conformidade com a proposta de destinação do resultado do exercício que será deliberada em assembleia-geral ordinária. Após a constituição da reserva legal, distribuições de dividendos o saldo remanescente é destinado, em conformidade com o art. 196 da lei 6.404/76, como reserva de retenção de lucros, nos termos do orçamento de capital.

ag) **Lucro por ação**  
O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante cada um dos exercícios. A média ponderada de ações é calculada com base nos exercícios nos quais as ações estavam em circulação. Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, conseqüentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia.

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	460.648	380.436	295.666
Média ponderada de ações em circulação	7.627	7.570	7.570
Lucro básico e diluído por ação	60,40	50,26	30,06

ah) **Distribuição de resultados**  
Nos termos do Estatuto Social, após as deduções legais, a Companhia assegura aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de, no mínimo, 5% do lucro líquido ajustado, conforme Artigo 202 da Lei das S.A. Além disso, a Companhia poderá distribuir juros sobre o capital próprio, os quais podem ser imputados ao dividendo obrigatório.

Fornecedores, empréstimos com partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, debêntures e adiantamento de clientes são classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

a) **Hierarquia do valor justo**  
O CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação – define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas aos dados sem transparência (ou seja, dados não observáveis).

O CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia do valor justo:  
Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.  
Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).  
Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apresenta-se, a seguir, a classificação dos instrumentos financeiros ativos da Companhia mensurados ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os níveis da hierarquia do valor justo, conforme divulgados nas demonstrações financeiras:

	Consolidado		
	Hierarquia de valor justo		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos financeiros</b>			
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	255.404	-
Aplicações financeiras restritas	-	97.678	-
<b>Total de ativos financeiros</b>	-	353.082	-

	Consolidado		
	Hierarquia de valor justo		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos financeiros</b>			
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-		

# Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 ( America/Sao\_Paulo)

Última atualização em 30 Março 2026, 15:55:33



**Documento:** BALANÇO FGR - DIGITAL 31-03.Pdf

**Número:** 8e6feeb7-d82d-461d-a42e-84d907d9cd57

**Data da criação:** 30 Março 2026, 15:55:17

**Hash do documento original (SHA256):** 4f291dc40e95847a5f5853382ed39948b6e2818f3df9bb6182563b0520229535



## Assinaturas

**FATURAMENTO@OHOJE.COM.BR**

Certificado digital. Verifique se já assinou com [ITI](#) ou [verificador ZapSign](#) .

## INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

**Confirme a integridade do documento aqui.**



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 8e6feeb7-d82d-461d-a42e-84d907d9cd57, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em [zapsign.com.br](https://zapsign.com.br)

**ZapSign** 8e6feeb7-d82d-461d-a42e-84d907d9cd57. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

# Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 ( America/Sao\_Paulo)

Última atualização em 30 Março 2026, 15:55:34

## Assinaturas com certificado digital

### INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 8e6feeb7-d82d-461d-a42e-84d907d9cd57, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em [zapsign.com.br](https://zapsign.com.br)

**ZapSign** 8e6feeb7-d82d-461d-a42e-84d907d9cd57. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.